

Demonstrações Financeiras

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações Financeiras

Período de 1 de fevereiro (início das atividades) a 30 de junho de 2021 com relatório do auditor independente

Relatório da administração

Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A (“Trinus SCD” ou “Companhia”) relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2021.

Mensagem da Administração

A Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A., denominada “Companhia”, tem por objeto social as atividades de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Companhia foi constituída em 1 de fevereiro de 2021, após a aprovação de suas operações pelo Banco Central em 4 de janeiro de 2021 de acordo com o Comunicado Geral nº 121000098 expedido pelo DEORF – Bacen. Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

A Ata de Assembleia Geral de Constituição de 28 de setembro de 2020 definiu a origem e demais informações necessárias para o processo de aprovação junto ao Banco Central e Receita Federal do Brasil.

Em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, a Trinus SCD mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2021, os limites operacionais da Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM, os limites apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

Destaques do período

Negócio

Em março deste ano começou-se o processo de pesquisa e busca de soluções para o Core Banking, Crédit Score, contabilidade, cadastro e sistemas de gerenciamento para liquidação financeira da plataforma de Conta Pagamento da Trinus SCD.

Em maio fechou-se todo o escopo de fornecedores, a Cashway fornecerá todos os módulos necessários para a Conta Pagamento (incluindo a Conta Corrente, Cash in, Cash out, os sistemas de BackOffice, cadastro, crédito, financeiro e contábil), a JD Soluções fornecerá os sistemas ligados ao Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) como o TED e o PIX, além do Bacen Jud e CCS Jud e o Cadastro Positivo. Neste mesmo mês iniciou-se a preparação da infraestrutura tecnológica para suportar toda a operação.

No segundo semestre deve-se iniciar o processo de homologação da conta liquidação no SPB da Trinus SCD junto ao BACEN, posteriormente iniciaremos a solicitação de participação do PIX e a implementação do módulo de Crédito na Plataforma.

Apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Ativos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totalizaram R\$ 2,9 milhões, em depósitos bancários com partes relacionadas (Nota 10).

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido totalizou R\$ 2,9 milhões, representando uma queda de 2.5% em relação ao patrimônio líquido em 01 de fevereiro de 2021, no montante de R\$ 78 mil.

Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido:

- Prejuízo líquido de R\$ 78 mil no primeiro semestre de 2021;

Resultado

No exercício findo em 30 de junho de 2021, o prejuízo líquido totalizou R\$ 78 mil.

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- Outras despesas administrativas: São despesas administrativas de R\$ 76 mil para colocar a Companhia em operação, acompanhado pelo incremento em despesas, tais como despesas em infraestrutura, principalmente com despesas com software. (Nota 7)

(Aprovada pela Administração de 28 de julho de 2021)

A Administração.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....

Demonstração dos resultados.....

Demonstração dos resultados abrangentes.....

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de fevereiro (início das atividades) a 30 de junho de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson Morelli', written over a light blue horizontal line.

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balço patrimonial
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021
<u>Ativo circulante</u>		<u>2.933</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.933
<u>Total do ativo</u>		<u>2.933</u>
<u>Passivo circulante</u>		<u>11</u>
Outros passivos	4	11
Fiscais e previdenciárias		1
Provisão para pagamentos a efetuar		10
<u>Patrimônio líquido</u>		<u>2.922</u>
Capital social	5	3.000
Lucros ou prejuízos acumulados		(78)
<u>Total do passivo</u>		<u>2.933</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultados

Período de 1 de fevereiro a 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2021
Receitas de intermediação financeira		1
Receitas com títulos e valores mobiliários	6	1
Resultado bruto da intermediação financeira		1
Outras receitas/despesas operacionais		(79)
Outras despesas administrativas	7	(78)
Despesas tributárias	8	(1)
Resultado operacional		(78)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(78)
Prejuízo líquido do período		(78)
Número de ações		3.000.000
(Prejuízo por mil ações)		(0,0260)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes
Período de 1 de fevereiro a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	2021
Prejuízo líquido do período	(78)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total	(78)
Resultado abrangente atribuível aos:	(78)
Acionistas controladores	(78)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 1 de fevereiro a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldo 1 de janeiro de 2021	-	-	-	-	-
Capital integralizado	3.000	-	-	-	3.000
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(78)	(78)
Saldo em 30 de junho de 2021	3.000	-	-	(78)	2.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de 1 de fevereiro a 30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	2021
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>	
Prejuízo do período	(78)
<u>Varição em passivos operacionais:</u>	11
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	1
(Redução) Aumento em obrigações diversas	10
<u>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</u>	<u>(67)</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</u>	
Integralizações de capital	3.000
<u>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</u>	<u>3.000</u>
<u>Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa</u>	<u>2.933</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.933
<u>Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>2.933</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Trinus Sociedade de Crédito, denominada “Companhia”, tem por objeto social as atividades de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio eletrônico oriundos de capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadoras e demais hipóteses da lei em vigor, análise de crédito para terceiros e cobrança, atuação como representante de seguros da distribuição de seguros conforme determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Companhia obteve autorização para funcionamento após o comunicado emitido pelo Banco Central através do Diário Oficial em 4 de janeiro de 2021 de acordo com o Comunicado Geral nº 121000098 expedido pelo DEORF – Bacen. Assim, a Companhia iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2021.

A Ata de Assembleia Geral de Constituição de 28 de setembro de 2020 definiu a origem e demais informações necessárias para o processo de aprovação junto ao Banco Central e Receita Federal do Brasil.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), associadas às demais normas emitidas pelo BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas e outros créditos, provisão para contingências, realização do crédito tributário, sempre que aplicável, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Adicionalmente, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras sem comparativos por ter iniciado seus registros contábeis e financeiros no exercício do 1º semestre de 2021, a partir da competência do mês de fevereiro.

As demonstrações financeiras foram revisadas e autorizadas pela Diretoria em 29 de julho de 2021.

2.1 Alterações nas normas contábeis Brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1))
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2))
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2))
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1))
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1))
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1))
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24)
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27)
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidência de benefícios a empregados (CPC 33 (R1))
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41)
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46)

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “pro rata” dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação – adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes: serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;
- Provisões: serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do fechamento de balanço.

i) Demais ativos e passivos

Demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do fechamento de balanço.

3 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional

	<u>jun/21</u>
Disponibilidades	2.933
Depósitos bancários	2.933
Total	2.933

4 Outros passivos

	<u>jun/21</u>
Outras obrigações	
Fiscais e previdenciárias	1
Impostos e contribuições sobre terceiros	1
Diversas	10
Outras despesas administrativas	10
Total	11

5 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 3.000, está representado por 3.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 4 de janeiro de 2021, o Banco Central do Brasil – BACEN, emitiu o Comunicado nº 121000098–BCB/Deorf/Geral e publicou no Diário Oficial nº 1 de 4.1.2021, Seção 3, página 30 a autorização para funcionamento.

b) Reservas de lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

- (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.
- (ii) Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.
- (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social.

c) Política de distribuição de dividendos

Conforme parágrafo 6º do Estatuto Social a Companhia distribuirá, por deliberação da Diretoria, como dividendo mínimo obrigatório a todas as ações, em cada exercício social, quantia equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76.

d) Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	jun/21
Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	(78)
Média ponderada das ações no período	3.000
Resultado por ação - básico e diluído	(0,0260)

6 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	jun/21
Rendas com títulos e valores mobiliários	1
Total	1

7 Outras despesas administrativas

	jun/21
Despesas com serviços técnicos especializados (a)	(1)
Despesas com processamento de dados (b)	(76)
Outras despesas	(1)
Total	(78)

(a) O saldo é composto principalmente por serviços técnicos como contabilidade, assessoria técnica e consultoria.

(b) Composto por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia.

8 Despesas tributárias

	jun/21
Despesas com demais impostos e taxas	(1)
Total	(1)

9 Imposto de renda e contribuição social

	jun/21	
	IRPJ	CSLL
Apuração do IR e CSLL		
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(78)	(78)
Base de cálculo de IR e CSLL	(78)	(78)
Adições / (exclusões)	-	-
Despesas indedutíveis	-	-
Lucro Real	(78)	(78)
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 77 não contabilizados.

10 Operações com partes relacionadas

A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

10.1 Depósitos bancários com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possui montantes com partes relacionadas conforme abaixo:

	jun/21
Depósitos em conta corrente	(2.900)
Depósitos bancários – Trinus DTVM	(2.900)

10.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo comitê de remuneração, observado o disposto no Estatuto social da Companhia, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação.

Os Administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores no período findo em 30 de junho de 2021.

11 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionadas na Rubrica "Outras obrigações". No período findo em 30 de junho de 2021 a Companhia não possui processos contingenciais que precisam ser provisionados e ou divulgados.

12 Gestão de risco

A Companhia tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. O monitoramento do risco de capital ocorre constantemente e é realizado com apoio do software Risk Driver Basileia III.

Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. Os limites operacionais apresentados pela Trinus SCD estão contemplados no cálculo da Basileia no nível do conglomerado financeiro apresentado pela Trinus DTVM, em 30 de junho de 2021 o indicador foi de 241,79% (o indicador é único para o conglomerado Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Trinus Sociedade de Crédito Direto S.A.).

13 Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que entre 30 de junho de 2021 e essa data, não ocorreram eventos que necessitam divulgação.